



ATA Nº 7/2023

Aos 19 dias do mês de abril de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas 2022;
3. Constituição de direito de superfície a favor da Academia de Música de Espinho sobre o imóvel da antiga Escola Básica de Espinho 3;
4. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
5. Aprovação de atas da sessão ordinária de fevereiro de 2023;
6. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, José Adolfo Carvalho Rocha, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira e de Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto. De seguida disse que havia um pedido de intervenção por parte do público presente e deu a palavra a Nelson Augusto da Rocha Monteiro que mencionou que era importante que a Câmara Municipal bloqueasse o acesso de veículos à Rua 19, abaixo da Rua 22, devido ao perigo de atropelamento das pessoas que por lá passavam, nomeadamente as crianças.

Presidente Mesa disse que a Câmara Municipal ouviu a exposição do município e que, naturalmente, teria o assunto em atenção.

De seguida, entrando na ordem do dia, convidou o vogal João Matos (BE) a apresentar o documento "Proposta para uma melhor eficiência hídrica do município de Espinho" referindo que deu alguma latitude à aceitação daquele documento no PAOD, dado a bondade da exposição.

O vogal do BE, João Matos, passou à leitura do documento do seguinte teor: *"Considerando que: 1. a água tem escasseado com cada vez mais frequência na região de Entre-o-Douro e Vouga e, com maior gravidade, noutras regiões do país; 2. se tem verificado uma redução dos períodos de chuva; 3. se aproxima uma época com prováveis subidas significativas de temperatura; 4. a rede de abastecimento de água de Espinho tem sofrido frequentes ruturas por carência de um investimento atempado e adequado na sua manutenção e modernização; 5. se aproxima a época balnear que tradicionalmente faz duplicar a população de Espinho e que isso representa um gasto suplementar das reservas hídricas da nossa rede; 6. a água é um bem comum*



inestimável – logo, não mercadorizável - e que urge defendê-lo como garante da qualidade de vida da população em geral, e da espinhense em particular. Propomos que a Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 19 de Abril de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, recomende ao Executivo da Câmara Municipal de Espinho: - que este tome medidas, com carácter de urgência, para reduzir o desperdício de água na rega de espaços exteriores, com ênfase na necessidade de regular aspersores e outros métodos de rega ao seu cuidado; - que, junto da PSP local, solicite a realização de ações de sensibilização e dissuasão dos automobilistas que, estacionando sobre espaços relvados, destroem sistemas de rega automática; - que desenvolva um programa de sensibilização junto dos estabelecimentos de ensino do município, no sentido da poupança da água e da redução do seu consumo, nomeadamente através da entrega de redutores de caudal de água para torneiras e autoclismos; - que promova, junto da Restauração, da Hotelaria e do Comércio de Espinho, campanhas de informação e sensibilização para uma gestão eficiente da água.

Alexandra Bastos (PSD) disse que era um assunto que tinham de pôr em cima da mesa para tentar resolver, senão naquele mandato, nos próximos. Que o problema mais grave eram as condutas da água em que aconteciam roturas levando a desperdício de água, sendo que o PSD era sensível ao tema, tendo feito intervenções no seu mandato e que as políticas daquela envergadura precisavam de ser continuadas

Ana Rezende (CDU) concordava com o documento, alertando para o mencionado nos considerados sobre o perigo da mercantilização da água, levando a outra questão premente que era o perigo da privatização dos serviços de fornecimento de água, esperando que Espinho nunca cedesse àquela tentação.

Ana Paula Africana (PS) disse que estavam de acordo e que, como iriam ver na discussão do orçamento, aquele tema seria referido, não só por questões de sustentabilidade ambiental como das contas financeiras do município

João Matos (BE) disse que a água era um bem público, não mercadorizável e era por isso vital que assim permanecesse, não podendo ser negócio. Sobre a eficiência hídrica do município e à gestão do PSD naquela matéria, disse que a vogal do PSD

estava em águas turvas porque, o PSD durante 12 anos, nada fez pela eficiência hídrica e o paradigma que tinha àquele nível era obsoleto

Paulo Leite (PSD) disse que o afirmado pelo vogal do BE não era verdade, sendo que o PSD fizera muita obra na renovação das redes de água, substituição das tubagens e da eficiência, tendo deixado muita obra planeada e preparada, desejando-se que a obra continuasse

Votação: aprovado por unanimidade

Ana Rezende (CDU) *"Moção Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático: Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. Às operações militares programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de pessoas que ali se sentiram cidadãos livres, com o poder efectivo de mudar o rumo do seu País. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo, com consagração na Constituição da República. Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias, que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se*



dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. Assim a Assembleia Municipal de Espinho reunida a 19 de Abril de 2023, delibera: 1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; 2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local; 3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; 4. Exigir o cumprimento da Constituição da República e, conseqüentemente, a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; 5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.”

Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo o documento sido aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa disse que os dois documentos seguintes, do BE e da CDU seriam apreciados em conjunto, convidando o vogal João Matos a apresentar o primeiro

João Matos (BE) "*Saudação ao 1º de Maio: Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para oito horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais. Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo*

nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT). Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, delibera: 1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas 2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração”

Ana Rezende (CDU) *“SAUDAÇÃO 1º DE MAIO: A Assembleia Municipal de Espinho, reconhecendo que os trabalhadores portugueses continuam a ter dos mais baixos salários da União Europeia e da Europa, usufruem de condições laborais muito frágeis e injustas, nomeadamente a grande precarização de vínculos laborais, com especiais consequências negativas nos jovens e nas mulheres, são afectados com a violação do direito à contratação colectiva, com a legislação laboral gravosa e injusta, com o difícil acesso à justiça e lembrando a importância dada pela nossa Constituição a um emprego com direitos, a um salário digno e a um horário que assegure a conciliação da vida profissional com a familiar, Saúda todos os trabalhadores por mais um aniversário do 1º de Maio, data muito querida ao movimento internacional dos trabalhadores que, ao longo dos anos, lutam persistentemente por melhores condições de vida, trabalho e bem-estar social e manifesta-lhes a sua fraternidade e confiança no futuro onde uma nova e diferente política permitirá a construção de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem.”*

Teixeira Lopes (PS) disse querer corrigir a imprecisão contida na saudação do BE porque não houve uma manifestação em Espinho em 1973, mas pichagens,



propaganda de mão, possivelmente à porta das empresas, sendo que houve manifestação em Espinho em 1974.

João Matos (BE) agradeceu a correção e disse que provavelmente não teria havido uma manifestação em Espinho, corrigindo aquela imprecisão, e que seguramente no imaginário individual e coletivo de muitos, houve muitas manifestações também em Espinho.

Votação: as duas saudações foram votadas em conjunta e foram ambas aprovadas por unanimidade.

Ana Rezende (CDU) *“Saudação (50 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática): De 4 a 8 de Abril de 1973, realizou-se em Aveiro, capital do nosso Distrito, o 3º Congresso da Oposição Democrática ao regime fascista português, na altura liderado por Marcelo Caetano. Acorreram à Cidade de Aveiro inúmeros corajosos democratas que debateram a situação político-social do País e as almejadas hipóteses de saída para a Democracia. Dos vários pontos debatidos foi muito importante o entendimento comum em acabar com a Guerra Colonial e libertar os povos colonizados, em aceitar-se que o regime não cairia por si só nem procederia a qualquer mudança na sua essência de ditadura armada dos grandes monopólios capitalistas, que a Oposição deveria concorrer unida na farsa eleitoral seguinte. De notar que, entre os participantes, estavam já alguns oficiais do futuro Movimento das Forças Armadas (MFA). Sempre vigiados e provocados pela GNR e pela PSP, para além da PIDE infiltrada na assistência, os democratas presentes organizaram uma marcha entre o Cine -Teatro Avenida e o cemitério, em romagem à campa de Mário Sacramento, médico e militante comunista, obreiro dos 3 congressos realizados pelas forças unitárias da oposição naquela cidade. Esta marcha foi interrompida por uma brutal carga policial, cuja violência ainda hoje é lembrada pelos aveirenses. Era o estertor de um regime sanguinário que oprimiu os portugueses durante 48 longos e escuros anos. O 3º Congresso da Oposição Democrática veio ajudar a uma maior unidade de acção na oposição ao regime, que daria frutos um ano depois com a Revolução do 25 de Abril de 1974. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 19 de Abril de 2023, saúda os 50 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, evoca esse punhado de democratas corajosos que ousaram afrontar o regime fascista português e que ajudaram a precipitar a queda do regime de Salazar e Caetano a 25 de Abril de 1974.”*

A Vogal da CDU acrescentou que, no texto, se mencionava que Mário Sacramento foi o obreiro dos 3 congressos, sendo que se estava a referir ao primeiro e ao segundo congresso republicano, também realizado em Aveiro, e de oposição ao regime fascista e ao 3º congresso da oposição democrática, fazendo notar que Mário Sacramento faleceu nas vésperas do 2º congresso republicano, mas não deixava de ser uns dos mentores daquelas iniciativas

Teixeira Lopes (PS) agradeceu a moção sobre o congresso da oposição democrática porque foi um momento de elevação da luta política, tratando-se de uma organização semilegal, democrática, organizada em Aveiro, nomeadamente por o Governador Civil, Dr. Vale Guimarães, gostar de fazer umas flores democráticas, admitindo com isso, que os organizadores do congresso eram respeitáveis. Que foi montado todo um esquema pela PIDE, pela Direção Geral de Segurança, para impedir que as pessoas de todo o país onde existia organizações da oposição democrática convergissem para Aveiro. Que em Espinho três jovens professores redigiram 2 teses sobre educação para aquele congresso democrático, Saudade Maria Manso Teixeira Lopes, António Santos e ele próprio e outras pessoas do concelho, que participaram por outros processos, nomeadamente da freguesia de Paramos que tinha um núcleo fortíssimo de pessoas democratas. Que aqueles professores tinham sido orientados superiormente por Jofre Amaral Nogueira, Inspetor Geral da Educação e pelo Prof. Óscar Lopes, indivíduos que apuravam as inteligências e recordou também o seu amigo Antonio Pisco, último preso antes do 25 de abril e também o último a ser libertado.

Votação: aprovada por unanimidade

Ponto 2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas 2022

Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal que referiu que aquele documento traduzia de forma rigorosa e fidedigna a realidade orçamental, patrimonial e económica da autarquia. Que a situação pandémica, a guerra na Europa, trazendo a crise energética e inflação, tiveram impacto na gestão da autarquia e na comunidade espinhense, mas que ainda assim sobressaíam indicadores positivos como o resultado líquido na ordem de 1,6 M€, a diminuição do endividamento e o reforço do princípio do equilíbrio orçamental por via da diminuição das receitas de capital e do aumento das receitas correntes. Destacou a criação da central de atendimento telefónico, a



disponibilização de um espaço para utilização do Serviço de Proteção Civil designado por “Sala de Crise”, a plataforma “Espinho Atento”, o processo de desmaterialização administrativa, com a implementação de uma plataforma de faturação eletrónica e da celebração de um acordo com o operador; na Proteção Civil, um centro de coordenação e na Educação, dando continuidade à estratégia de requalificação de todo o parque escolar do concelho de Espinho, o ano de 2022, ficou marcado pela abertura da Escola Básica Sá Couto após trabalhos de ampliação e requalificação. Que retomaram o Dia da Criança e a viagem de finalistas dos alunos do 4º ano. No domínio do Ordenamento do Território e Habitação sinalizou a abertura ao público dos Parques de Estacionamento do Museu Municipal de Espinho e do ReCaFE. Quanto à habitação, disse que foi lançada a empreitada de requalificação do Bloco F, no Bairro da Ponte de Anta, um investimento que contemplava a requalificação de 12 fogos, das fachadas e da cobertura do edifício, ao abrigo do programa 1.º Direito e constituída ainda, uma equipa multidisciplinar dedicada à temática da Habitação, estando em curso o processo de revisão da Estratégia Local de Habitação. Sobre a água saneamento e resíduos sólidos, disse que o ano de 2022, ficou marcado pela manutenção da rede de abastecimento de água, que sofreu uma grande intervenção durante o ano transato, ao abrigo da estratégia para a Requalificação da Rede de Abastecimento. Referiu ainda os incentivos na proteção do meio ambiente e proteção da natureza, sendo assinados, à semelhança dos anos transatos, contratos interadministrativos que transferiam fundos e competências da autarquia para as freguesias. Que deram início a um programa turístico relacionado com a Estação Náutica de Espinho que visava a valorização dos recursos náuticos bem como incentivar a procura de alojamento, restauração, entre outros. Quanto à cultura, realizaram-se diversos eventos culturais, quer dinamizados pelos Serviços Municipais, quer por entidades externas em colaboração como o Município, destacando o Cinanima, Mar Marionetas, lançamentos, circo, teatro e que na área do Desporto foram realizadas várias atividades. Que no ano de 2021, tiveram um saldo de cerca de 3,5 M€, incorporados no ano de 2022, sendo a receita orçamental de 33 M€ aproximadamente e uma despesa de 32M€, tendo obtido um saldo de gerência de 4,7M€, ou seja, um balanço positivo. Sobre a atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos a volta dos 28,3M€ e de Rendimentos no valor de 29,9M€, de que resultava um Resultado Líquido do Exercício positivo de 1,6 M€, sendo que estavam num momento de viragem para terem equilíbrio e conseguirem baixar a dívida.

Ana Rezende (CDU) disse que a CDU votou contra os Documentos Previsionais para 2022, que constituíam as opções de estratégia política do Município por não concordarem com aquelas opções e continuavam a achar que faziam uma gestão pouco prudente do erário público, com a contração de empréstimos não para o essencial do concelho mas para obras urbanísticas de grande envergadura que oneravam o município e que se traduziam numa perda de qualidade de vivência e de circulação. Que era evidente que a CDU votaria contra. Percebiam que do ponto de vista formal e no cumprimento das normas de contabilidade pública, as contas estavam bem apresentadas, mas que era preocupante, conforme constava do relatório do auditor externo, que ainda não estivesse contabilizado o património municipal, perguntando como a Câmara ainda não se deteve a fazer um levantamento exaustivo do ativo patrimonial e a regularizar o que faltava, lembrando que no executivo PSD, foi contratada, por ajuste direto, uma advogada com a função de regularizar a situação de algum do património imobiliário, ao nível de registos, áreas, serviço de finanças, etc.

João Matos (BE) sobre o referido no documento, quanto à abertura ao público dos Parques de Estacionamento do Museu Municipal de Espinho e do ReCaFE, desincentivando o estacionamento abusivo à superfície, parecia-lhes que tinha pouco efeito por carecer de fiscalização e ação policial, uma vez que subsistia incólume o estacionamento abusivo sobre os espaços ajardinados. Sobre a continuidade da obra do novo Estádio Municipal de Espinho, em que o valor contratual inicial da empreitada foi de 4.473.870,54 €, tendo sofrido alteração por força de modificação contratual que atualizou o preço para 4.991.420,98 €, suportado através de empréstimo bancário de 1,8 milhões de euros, e o restante valor através de fundos próprios municipais, conforme referia o documento, disse que era pura propaganda, omitindo-se uma série de imbróglios publicitários, solicitando esclarecimentos sobre a notícia vinda a público dos autores do projeto quanto à expropriação de terrenos particulares para construção da bilheteira norte. Perguntou a razão de, no quadro apresentado sobre Aquisição de Bens e Serviços Correntes, em relação ao ano anterior, denotar-se um aumento do valor de combustíveis e lubrificantes em 300% e também na promoção no turismo, com um aumento de 1500%. Na Aquisição de Serviços Correntes, quadro 42, perguntou a que se referia o valor para outros estudos, onde houve um aumento de 476% e no Tratamento de Águas Residuais pela Simria, uma redução de despesas em 15%. No quadro 44 – Investimento Direto, perguntou a razão de ter havido uma



redução de 66% na reparação e beneficiação de habitações e no Quadro 47 – Balancete do Plano de Atividades, sobre a Manutenção e Beneficiação de Equipamentos Municipais em que constava uma taxa de execução de 52%. Disse que já tinha trazido à Assembleia Municipal a questão da urgência em intervir nos armazéns gerais. Sobre a Reabilitação e Beneficiação da Habitação Social nos transportes rodoviários e também no Parque de Campismo, referiu que a taxa de execução foi de 0%. No Plano de Obras da Zona de Jogo de Espinho, o projeto foi homologado no valor de 1 800 598,72 euros e no âmbito do Projeto "Requalificação Urbana e Mobilidade, cerca de 2M€ vieram das contrapartidas do jogo para o Estádio municipal. Solicitou esclarecimentos sobre o viaduto panorâmico destacado do terreno referido no documento na sua página 99 e também quanto ao grau de execução financeira de 79,32% do Plano de Obras 2022. Quanto aos Recursos Humanos, constava que, em 31 de dezembro de 2022, o número total de efetivos era de 604, 386 mulheres, cerca de 63,91% e 218 homens, cerca de 36,09%, sendo que a percentagem de trabalhadores com menos de 29 anos estava situado nos 0.66% e perguntou de que modo pensavam debelar aquela demografia vertiginosa dos trabalhadores. Fez notar que, na página 246 do documento, constavam as moradas pessoais dos elementos da Câmara Municipal, o que considerava gravíssimo e lamentável. Que, à data de 31/12/2022, relativamente ao empréstimo PAEL, o município já pagou à DGTF o valor de 3 883 956 € de capital e 1 687 592 € de juros, encontrando-se em dívida o valor de 4 292 794€, tendo sido pago o valor correspondente a 47,50% do empréstimo. Disse que o vertido naquele documento, continuado pelo executivo PS, era o tal "viver acima das possibilidades", era a irresponsabilidade vertida em documento.

Filipe Pinto (PSD) disse que 2 anos volvidos de gestão PS, segundo o relatório foi dado continuidade à obra do PSD, nomeadamente ao processo de desmaterialização administrativa, à continuidade da estratégia de requalificação do parque escolar, abertura ao público do parque de estacionamento do RECAFE, reabilitação da Rua 33 e da Avenida 32, entre outros, mas que foram reduzidos os maiores eventos culturais, como o Réveillon de Verão, e, devido ao elevado número de candidaturas, foi cancelado o cheque bebé. Que a execução orçamental foi ao encontro do prometido pelo PS, mas com um grau de execução das despesas de 76% contra 80% no ano anterior, um grau de execução das receitas correntes de 99%, começando-se agora a ver os investimentos dos últimos anos a nível de captação de receitas, um grau de

execução das receitas de capital de 55% e das despesas de capital de 59%, claramente inferiores ao do passado e um saldo de gerência de 6M€, face aos 4,8 do ano transato, existindo capitais disponíveis e não havia conclusão dos investimentos. Que os resultados líquidos foram positivos, face aos resultados negativos dos anos anteriores cumprindo-se a promessa do anterior Presidente que referiu que tinham de trabalhar para que no próximo exercício aquele valor fosse diferente e positivo, mas fez notar que isso aconteceu à custa da redução das amortizações em 45% pelo que perguntou qual o motivo para a redução daquelas amortizações, sendo que a Câmara não era uma empresa e não tinha como objetivo o lucro, tendo de servir os espinhenses e de cumprir com o programa eleitoral sufragado.

Presidente CME disse que não conseguiu memorizar todas as questões e respondendo ao BE disse que tinham um número significativo de funcionários a atingir a idade da reforma e que a partir dali pensava que se conseguiria renovar os quadros e que relativamente ao viaduto não tinham informação para lhe dar de momento. Passou a palavra à Diretora do Departamento de Administração Geral que explicou que o montante global de depreciações era cerca de metade dos anteriores porque estava a fazer 20 anos do início das contabilizações baseadas no sistema de contabilidade financeira patrimonial em que se começaram a depreciar os bens e que a grande maioria deles, nomeadamente grande parte da rede viária, rede de água e saneamento entre outras infraestruturas fez 20 anos, sendo o limite para depreciação e levando a que o valor contabilístico fosse igual a zero. Retomando a palavra a Presidente CME disse que não se pronunciaria sobre o estádio até aos resultados da auditoria. Sobre os armazéns, disse que já estavam a tratar do caderno de encargos para a retirada do amianto

João Matos (BE) disse que os esclarecimentos prestados foram confrangedores, tendo a Presidente da Câmara optado por não responder à maioria das questões, sendo que o documento era da Câmara e espelhava o exercício do poder, pelo que voltou a elencar as questões anteriormente colocadas e às quais queria resposta.

Presidente CME quanto o aumento dos combustíveis, disse que o vogal João Matos estava a comparar 2021 com 2022, lembrando que 2021 foi um ano de pandemia em que muitos trabalhadores estiveram em teletrabalho. Sobre os equipamentos municipais, disse que estavam todos a precisar de obras profundas. Passou a palavra à Vereadora Leonor Fonseca que referiu que quando entrou na CME encontrou a



habitação social no mesmo estado de 2009, com a mesma inércia, sendo que agora conseguiu-se iniciar a reabilitação na habitação social com o programa do primeiro direito. De seguida, a Presidente da CME disse que as moradas dos elementos da Câmara constavam do documento porque o modelo era do Tribunal de Contas e para além disso, na tomada de posse, era já referido os dados pessoais de todos, que eram figuras públicas e por isso não se sentia preocupada.

Paulo Leite (PSD) disse que quando o PS entrou para a Câmara começou com um discurso derrotista e da desgraça, dando a entender que haveria algumas questões menos corretas e que, passados 2 anos, ninguém vira o dito "buraco". Lembrou que tinha sido o anterior Presidente Miguel Reis que inaugurou o discurso dos prejuízos, mas lembrou que resultados negativos não eram propriamente prejuízo, conforme já explicado pelo Dr. Carvalhinho. Que, se não fosse o fim das amortizações, o resultado seria bem pior do que o apresentado. Disse que o resultado positivo não era do PS dado que herdou um saldo de gerência que passou para o ano seguinte, sendo que se reduziu a despesa por não haver capacidade de realização das coisas, não havia execução da despesa. Fez notar que a receita da Câmara subiu em cerca de 1M€, que poderiam aplicar em prol dos espinhenses, nomeadamente em redução de taxas e impostos, sendo que aquele valor era fruto do trabalho, da capacidade que o PSD, em 12 anos, teve de desenvolver Espinho e que, no fundo, aquele documento demonstrava que o trabalho do PSD foi excelente, sendo que quase tudo o que nele constava foi lançado pelo PSD, como por exemplo a reabilitação do Bloco F do Bairro da Ponte de Anta. Perguntou quanto custava, ao erário público, a paragem da obra do estádio. Disse que com os resultados constantes do documento, não havia razões para que a Câmara estivesse satisfeita e que a partir das críticas, pela positiva, da oposição pudessem adotar as sugestões e desenvolver um mandato em prol do desejado pela população e constante do programa eleitoral com que o PS foi sufragado

Ana Rezende (CDU) disse que a Câmara não tinha respondido à questão do levantamento do imobiliário do município e que se o assunto não fosse importante não constaria do relatório do auditor de contas. Fez notar que o discurso era sempre do passa culpas, sendo que o que era bom tinha sido o PSD a fazer e o que era mau era responsabilidade do PS, fazendo notar que havia questões estruturais e estruturantes do município que não eram aferíveis num ano ou dois e que se o PSD tivesse feito algo de bem, não teria perdido as eleições. Que, depois do condicionamento pelo

PAEL, nos últimos anos tinham recorrido muitas vezes ao crédito, o que debelou mais a frágil situação financeira do município. Que interessava perceber qual era a situação atual da Câmara e os dinheiros que existiam para fazer face aos reais problemas da população. Que não era verdade que tivesse sido o PSD a lançar as bases do Primeiro Direito, porque a legislação datava de finais de 2021. Que era importante perceber a razão da taxa de execução orçamental, em determinadas áreas, ter sido menor, significando que o executivo não conseguiu cumprir o que se propôs

Paulo Leite (PSD) protestou, e mostrando de novo o gráfico de redução da dívida pelo PSD, disse que de facto no final do gráfico via-se uma coluna maior, mas correspondia ao que ficou do saldo de gerência. Sobre a questão do Primeiro Direito, esclareceu que o projeto de reabilitação do bloco, já estava previsto na estratégia do PSD, sendo que foi o PS a lançar o concurso

Ana Paula Africano (PS) disse que na execução do ano anterior havia dois elementos fundamentais que condicionavam todo o exercício, sendo que em 2022 estavam a sair da pandemia, levando a um aumento de atividade e consequentemente de despesas e por outro lado, o aumento dos custos energéticos e também o facto do orçamento a executar estar pré-definido pela Câmara anterior e condicionado pelos projetos em execução. Sobre a execução orçamental, disse que tinha a ver com o enorme acréscimo de endividamento no ano de 2021, o que era compreensível porque tinham obras em execução, sendo que, de acordo com o Anuário Financeiro, Espinho entrou para o top 50 dos municípios com maior dívida, para a lista dos 10 municípios com o aumento superior de dívida a 20%, foi o 15º município com maior aumento de dívida e o 9º com maior contração de empréstimo bancários. Que o documento estava feito de uma forma clara, permitindo uma maior compreensão e cumpria os deveres da Câmara em termos de responsabilidade de prestação de contas. Disse que, conforme referia o documento, era fundamental e primordial a responsabilidade do executivo garantir uma boa gestão do seu orçamento e usar os recursos públicos de modo eficiente, eficaz, equitativo e transparente, procurar gastar o mínimo possível para gerar os maiores benefícios em termos de prestação de serviços públicos à população e garantir um maior bem-estar. Que as contas eram verificadas numa base jurídica, técnica e numa base política também e referiu que as receitas totais do município foram de cerca de 37M€ e que 45% eram receitas correntes que provinham de impostos diretos, taxas e multas, venda de serviços, outros 45% eram de verbas do



orçamento do Estado, fundos europeus. Que as receitas correntes eram extremamente importantes sendo sobre elas que a Câmara tinha alguma capacidade de influência. A despesa corrente era praticamente permanente e incontornável, representava cerca de 70% do orçamento, sendo que metade se destinava a pagamento do pessoal e a outra metade para aquisição de bens e serviços. Que a Câmara conseguiu ter um equilíbrio orçamental de 2,8 milhões de euros positivos o que representava uma margem de capacidade de autofinanciamento que lhe permitia liberdade

Paulo Leite (PSD) protestou e disse que, quanto à dívida, o gráfico que mostrou há pouco também foi retirado do anuário, que mostrava a performance correta da gestão financeira do PSD. Lembrou que foi negociada a dívida à EDP, fazendo um empréstimo para pagar aquela dívida, poupando assim 5M€ ao erário público, o que se refletiu no endividamento. Que a Câmara estava a executar um orçamento que vinha, de certa forma, construído do anterior, sendo que a receita era boa e aumentou, só não foi capaz de executar melhor a despesa.

José Carvalhinho (PS) disse que o Documento de Prestação de Contas tinha uma dimensão financeira, outra patrimonial e outra orçamental, completamente distintas e que quando diziam que uma Câmara deu prejuízo ou lucro, era numa ótica patrimonial. Que era verdade que, na ótica patrimonial, o resultado foi negativo, em 2021 em 1,2M€ e que, em 2022, foi positivo em 1,6M€. Disse que quando existiam mais depreciações tinha impacto no resultado. Disse que as receitas de capital, destinadas ao investimento, foram de 5,6M€ sendo que as despesas pagas foram de 9M€, lembrando que o saldo de gerência de 2021 foi praticamente todo incluído no estádio. Que as taxas de execução nas despesas de capital ficaram abaixo do orçamentado, porque as duas grandes obras, RECAFE e Estádio, que iam consumir aqueles recursos estiveram paradas, sendo que a verba estava cabimentada. Que o aumento das receitas correntes se devia à retoma da atividade económica, permitindo arrecadar maior receita do IMT e também da derrama, que chegaram para pagar toda a despesa corrente, as amortizações dos empréstimos, sobrando 2,8M€ que correspondiam à capacidade do município se autofinanciar e demonstravam que o município ia no caminho do reequilíbrio financeiro. Disse que era verdade que a dívida foi reduzida pelo PSD, mas que houve uma overdose de obras, tendo o município consumido, em 2021, 18M€ de despesas de capital. Fez notar que, desde 2019, o PSD

recorrera a 4 linhas de Banco Europeu de Investimentos, num total de 4,2 M€, excecionados para o calculo do limite da dívida e ainda empréstimos do BPI, utilizando a capacidade legal do limite de endividamento em 1,8 M€ para o estádio e, com a COVID, como se acabou com a exceção do limite do endividamento, pode ainda contrair um empréstimo no BPI de 4,9M€, tudo para as obras, e que, não havendo retorno daquelas obras, era um problema para o município. Disse que aquele aumento do endividamento provocou um constrangimento enorme na capacidade de endividamento futura. Sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais, disse que em 2021 foram de 3,2M€ e de 3,6M€ em 2022, sendo que os resultados operacionais foram bem melhores em 2022 e que, por outro lado, os fluxos de caixa das atividades de investimento foram negativos em 5,4M€ em 2021 e em 2022 foram negativos em 1M€, porque em 2021 foram pagos 14,5M€ de investimento em ativos fixos, mas foram buscar 8,4M€ em fundos comunitários, sendo que em 2022 o município só conseguiu 5,6M€. Fez notar que se não tivesse havido as exceções para o limite do endividamento, muito provavelmente estariam a serem intervencionados com o PAEL.

Presidente CME disse que o estádio municipal não estava parado e passou a palavra à vereadora Leonor Fonseca CME que referiu que a estratégia local de habitação em vigor foi a assinada pelo PSD com o IHRU em fevereiro de 2021. Que agora, com o PRR, fizeram a revisão daquela estratégia estendendo-a a todo o parque habitacional viável e lançando a empreitada do Bloco F

João Matos (BE) referiu que os esclarecimentos prestados pela Presidente da Câmara demonstravam que o PS estava impreparado para o exercício do poder e que o PSD estava enalhado na nostalgia de um passado brilhante que nunca aconteceu, sendo que o seu programa era de austeridade, tomada depois, pelo PS e desidratado. Disse que os executivos não conheciam a palavra planeamento, o que se refletia na idade dos trabalhadores do município. Disse que a proposta política do PS, continha vários mega projetos e considerava que ela não tinha honestidade porque o PS sabia do estado das contas do município e sabia que os mega projetos nunca iriam acontecer. Quanto à habitação social, foi projetada e não executada. Finalizou referindo que o BE votaria contra o documento.

Paulo Leite (PSD) disse que utilizaram as estratégias possíveis para bem do município, aproveitando todas as oportunidades. Ficou com ideia que o vogal João Carvalhinho não desejava que o RECAFE tivesse sido executado e assim não haveria aumento da



dívida, mas que aquela obra era necessária, como era também necessário resolver a questão da dívida deixada pelo PS. Disse que daquele documento se concluiu que a estratégia que estava em marcha tinha surtido efeito, permitindo que os projetos em curso pudessem ser concluídos. Disse que em 2020 tiveram resultados operacionais de 3,3M€, em 2021 de 5,8M€ e em 2022 de 5,6M€, que as amortizações foram de 7,2M€ em 2020, de 6,8 em 2021 e de 3,7M€ em 2022, fazendo notar que se tivessem tido o mesmo valor de depreciações, teriam tido um resultado superior ao obtido. Pelo anteriormente exposto, nomeadamente por não terem sido capazes de melhor utilizar as verbas em termos de despesa e pelo facto do caminho não ser o que teriam percorrido, dado não ser o mais adequado, disse que não votariam o documento favoravelmente. Disse que naturalmente que o PSD cortava gorduras quando estava no poder, sendo que a boa gestão era ser eficiente com o dinheiro disponível, o que significava ou consumir menos ou consumir eficientemente com mais resultados em favor da população

João Matos (BE) protestou e disse que quem engordou, nos tempos da governação PSD, foi a banca e que quem empobreceu foi a população.

Teixeira Lopes (PS) disse que o PS ganhou as eleições com um projeto que levou o eleitorado a votar nele, tendo sido confrontado com alguns problemas que não eram desconhecidos, mas que a realidade suplantou. Que os efeitos da situação pandémica trouxeram várias repercussões na economia, os problemas transversais decorrentes das cadeias de abastecimento, o aumento exponencial dos preços, a inflação e o aumento significativo dos juros tiveram impacto nas realidades socioeconómicas com consequências diretas na gestão da autarquia e da comunidade espinhense. Que o PS se confrontou com o estado caótico das obras lançadas pelo PSD, mas que existiam alguns aspetos positivos que se viam da governação PS, pequenos perante a enormidade do governo PSD, que quase colocou o orçamento municipal de "tanga". Que a dívida, na ordem dos 40% conduziu Espinho a entrar no top 50 dos municípios com maior dívida, no nono com maior contração de empréstimos bancários em 2021 e no 4º município com maior diferença negativa entre o valor das amortizações e de novos empréstimos. Que o órgão executivo tinha a responsabilidade de ter uma política que procurasse assegurar melhores condições de vida aos munícipes, sendo que era aquele município, que era do PS, que tinha aquela responsabilidade e que tinha a maioria no concelho e na Assembleia

Paulo Leite (PSD) protestou dizendo que a Câmara estava a ser governada pelo PS, mas que não era do PS. Disse que o PS ainda não percebeu que o PS ganhou as eleições para governar com responsabilidade e que não estava a ver o PS a ter aquela responsabilidade, nem a cumprir o programa com o qual foi eleito. Sobre o endividamento o vogal do PS veio repetir coisas que estavam mais do que discutidas

Teixeira Lopes (PS) em defesa da honra disse que não fez qualquer afirmação sobre a Câmara ser do PS, sendo que seja qual for o partido, passava apenas pelo poder. Disse que não era loquaz e que refletia sobre o que dizia

Ana Rezende (CDU) disse que, a propósito de um documento importante, do qual se devia extrair algumas conclusões ou até fazer-se um debate sobre o futuro do município, assistiu-se a um passa culpas que já era habitual há vários anos. Que para o mesmo documento, havia interpretações diametralmente opostas, não havendo ninguém que conseguisse dizer qual era a situação real da Câmara Municipal. Que a Câmara não soube responder à reserva constante do relatório do ROC. Que a CDU, não tendo aprovado os documentos previsionais, também não aprovaria a prestação de contas

José Carvalhinho (PS) referiu que toda a informação pretendida constava daqueles documentos. Disse que obviamente que queria o RECAFE, mas que queria que a obra tivesse sido feita por 12,5 M€ conforme foi adjudicado e não por 20M€. Como já anteriormente referiu, o município tinha um problema de receita e tinha de arranjar forma de as aumentar ou de diminuir despesas, lembrando que os impostos diretos não tinham sido aumentados, Que naquelas contas via-se uma mudança de paradigma, tendo-se acabado com as grandes obras, e dedicando-se ao essencial para melhorar as condições de vida dos espinhenses e à sustentabilidade. Que no documento, na parte da demonstração do plano plurianual de investimentos, constava a demonstração de execução do plano de atividades onde podiam verificar aquela mudança de paradigma. Que, no plano anual de atividades, estavam já previstos, para o próximo ano, 68,8 M€ de despesa, sendo que podiam poupar muito se conseguissem fazer a separação do lixo, evitar a entrada de águas pluviais para o saneamento, as roturas nas tubagens de água e eram projetos destinados à sustentabilidade que já estavam planeadas para 2023

Votação: aprovado com 14 votos a favor e 11 votos contra.



Minuta de deliberação: "A Assembleia Municipal de Espinho, ao abrigo da alínea I) do nº 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, constante do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), apreciou favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício financeiro 2022, assim como o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva avaliação, que lhe foram apresentados pelo órgão executivo, tendo deliberado votar positivamente os mesmos, em respeito do estabelecido no referido preceito legal. A deliberação foi tomada com 14 votos a favor e 11 votos contra. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis."

João Matos (BE) pediu para fazer uma interpelação à Mesa e anunciou a sua renúncia ao mandato por motivo de se ter desvinculado do BE.

Por parte dos representantes de todos os partidos presentes na Assembleia e ainda do Presidente da Mesa, de elementos da Câmara Municipal, recebeu manifestações de amizade e solidariedade, com desejos de maiores felicidades, sucessos pessoais e profissionais.

Dado o adiantado da hora, a reunião foi dada por encerrada, ficando marcada a próxima reunião para o dia 9/05.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
